

Caingangues serão reassentados em Iraí

Decisão foi tomada pelo procurador-chefe da República no Estado, que determinou a ocupação pela tribo de área às margens do Rio do Mel

Uma tribo de índios caingangues deve ser reassentada, em breve, às margens do Rio do Mel, em Iraí, um município que vive do turismo e da agricultura, a 500 quilômetros ao norte de Porto Alegre. Esta é a decisão do procurador-chefe da República no Estado, Jayme Eduardo Machado. Há uma década os caingangues vêm lutando por esta terra, alegando que existia ali uma reserva no início do século, que foi

destruída pelos colonos.

Depois de muita pesquisa, os técnicos da Fundação Nacional do Índio (Funai) conseguiram provar que estas reservas existiram, em uma área de pouco mais de 200 hectares, que fica às margens do Rio do Mel. Neste local, o governo do Estado construiu um aeroporto. E também há 60 famílias de colonos vivendo na área. Em 1983, o

extinto Conselho de Segurança Nacional, a Funai e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) constituíram um grupo de trabalho para legalizar a reserva, o que foi feito em 1986. Na ocasião, ficou acertado que o Incra reassentaria os camponeses que estavam na área, e que a Funai forneceria a presidência da República informações técnicas para a elaboração do decreto de demarcação da gleba.

O Incra e a Funai nunca cumpriram o que ficou estabelecido neste acordo e agora o procurador está exigindo que eles cumpram o que ficou tratado imediatamente. A pressa de agir do procurador nesta questão tem razão de ser. Acontece que atualmente os índios estão vivendo num cantinho desta reserva e estão sendo pressionados a abandonar área.

Cobrança de juros vai ser investigada

A Polícia Federal vai investigar a cobrança de juros altíssimos na venda a crédito de alimentos aos índios caingangues por um grupo de comerciantes de Miragual e Tenente Portela, duas cidades de economia agrícola ao norte de Porto Alegre, na fronteira com Santa Catarina. A solicitação da intervenção da Federal neste assunto foi feita ontem, na Capital, pelo procurador-chefe da República do Estado, Jayme Eduardo Machado. Tomou esta decisão depois que recebeu a denúncia desta cobrança irregular de juros da antropóloga Ligiat Lopes Simonian, que esteve na área indígena coletando informações para uma tese de doutorado que está fazendo na Universidade de Nova Iorque, Estados Unidos.

A denúncia que Ligiat fez à Procuradoria da República é completa, segundo Machado. Ela tem os nomes dos índios e dos comerciantes, que não foram revelados pelo procurador para não complicar as investigações policiais. O mecanismo de crédito aos caingangues é simples: os comerciantes exigem que os índios deixem um documento como garantia para levar a mercadoria a crédito. Os juros cobrados são tão altos — até 100% semanal — que eles nunca conseguem saldar a dívida. Isto os mantém atrelados ao comerciante. Esta prática no norte brasileiro chama-se "barração". Segundo esta denúncia, há, inclusive, índios que deixam os seus carnês de aposentadoria como garantia no comércio.

Em Miragual e Portela vivem 2.500 índios. Lá o arrendamento ilegal de áreas indígenas e o corte clandestino das árvores das reservas têm mantido os caingangues em permanente miséria há um bom tempo. Este contexto favorece o surgimento de fatos como este denunciado pela antropóloga. Segundo o procurador, os comerciantes envolvidos neste caso poderão pegar até dois anos de cadeia.